



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007

ACTA Nº 01/2007

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Presidente João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário Albertina Maria Costa Oliveira e do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel da Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Luís Manuel Barbosa Cabral e Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Senhor Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

De seguida passou-se à leitura da acta da quinta sessão ordinária, do dia 28 de Dezembro de 2006, não havendo discussão foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 29 de Dezembro de 2006 a 27 de Fevereiro de 2007 que se encontra à disposição para consulta.

Pelo membro António Manuel de Medeiros Varão foi recebida comunicação solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2006. Pela membro Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso foi recebida comunicação solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2007.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento à Assembleia Municipal do parecer emitido pela CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, cuja conclusão, abaixo se transcreve, solicitado pela Câmara Municipal, face às dúvidas suscitadas em relação ao fornecimento das listagens nominativas, na sequência do pedido formulado pelo Membro desta Assembleia Municipal Dr. Rui Ramos, solicitando uma lista actualizada dos "devedores" à Câmara Municipal de Lagoa, de dívidas provenientes do pagamento de águas, rendas de habitações, bem como quaisquer outras origens, solicitando ainda na referida listagem a indicação dos nomes e respectivas moradas:

"...III. Conclusão

8. Em face do exposto, a CADA entende que, nos termos da LADA, não deve ser facultada a lista de devedores, tal como pedida."

A Assembleia tomou conhecimento.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

SITUAÇÃO DE DÍVIDAS EM ATRASO:

Questionou a membro Maria Manuela Correia qual o esforço que a Câmara está a fazer para resolver o problema das dívidas em atraso, nomeadamente com as rendas em atraso do edifício Restaurante Porto dos Carneiros, pois tem conhecimento que alguns processos de dívida referentes a contratos de

arrendamento de habitações pertencentes ao Município, foram encaminhados para Tribunal.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara informou que por parte da Câmara tem sido feito um grande esforço e um acompanhamento rigoroso relativamente à situação de dívidas em atraso.

São efectuados cortes, aos consumidores que mensalmente não pagam as facturas referente ao fornecimento de água e com as famílias que têm rendas em atraso de habitações, foram estabelecidos Acordos de Regularização de Dívida. Relativamente à situação das rendas em atraso do edifício Restaurante Porto dos Carneiros, o processo está ainda em aberto, recentemente houve mais uma reunião e trata-se de uma situação complexa.

A membro Maria Manuela Correia referiu que não estava esclarecida em relação ao ponto de situação das rendas em atraso do edifício Restaurante Porto dos Carneiros, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre a situação complexa.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que dada a complexidade da questão que a membro Maria Manuela Correia apresentasse o pedido de esclarecimento, sobre o assunto, por escrito.

A Assembleia tomou conhecimento.

VISITA ÀS OBRAS NO CONCELHO:

Questionou o membro Rui Ramos para quando será marcada a visita às várias obras do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia justificou que devido às condições do tempo, a visita às obras será agendada para a Primavera.

A Assembleia tomou conhecimento.

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA:

Referiu o membro Rui Ramos que de acordo como o Estatuto dos Eleitos Locais os membros do órgão deliberativo dos Municípios têm direito ao cartão de identificação, pelo que solicitava o cartão de identificação de membro da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que encarregará os respectivos serviços de providenciar o assunto.

A Assembleia tomou conhecimento.

EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA:

O membro Leonel Rosa da Silveira referiu que atendendo que na informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre as actividades desenvolvidas, nada refere sobre a actividade da EML – Empresa Municipal de Lagoa, gostaria de saber qual a situação da actividade da Empresa Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra e como Presidente do Conselho de Administração da EML – Empresa Municipal de Lagoa informou que a Empresa Municipal está a funcionar e a trabalhar de acordo com o seu plano de actividades. Estão a ser preparados os documentos do Balanço e Contas do Exercício de 2006. Mais informou que o Conselho Geral da EML ainda não reuniu porque demorou algum tempo a sua composição, por falta de indicação do representante de uma Entidade.

A Assembleia tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. Mais informações sobre as acções desenvolvidas pela Câmara Municipal, informou o Senhor Presidente da Câmara que poderão consultar as actas da Câmara Municipal que estão disponíveis para consulta e em breve estarão na página da Internet da Câmara Municipal de Lagoa.

Questionou o Membro Rui Ramos para quando está previsto a conclusão das obras de Saneamento Básico em Água de Pau e a ligação da rede à ETAR.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as obras de Saneamento Básico em Água de Pau têm um prazo de execução de 3 anos.

O membro Rui Ramos referiu que na informação das actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal menciona a limpeza e manutenção em todas as freguesias do concelho e havendo protocolos com todas as Juntas de Freguesia incluindo estes serviços, seria importante esclarecer o contributo de cada uma das partes e quais as zonas em que são feitas as limpezas.

Sobre este assunto o membro António Augusto Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz fez uma intervenção, referindo que em sua opinião a questão apresentada não tem pertinência. Existe um bom entendimento entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, trabalham em parceria e cada entidade assume as suas competências e sabem o que tem a fazer para o bem do Concelho. Salientou o membro Rui Ramos que compete ao Órgão Deliberativo deste Município acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal e ser devidamente esclarecido.

A membro Maria Manuela Correia comentou a forma desorganizada como são executadas as tarefas de manutenção e limpeza de Canadas, nomeadamente, na zona aonde mora, em que algumas zonas não são devidamente limpas.

Informou o membro Durval Faria – Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário que este ano a Junta de Freguesia não tem a seu cargo a limpeza de Canadas.

O membro Roberto Sousa – Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau agradeceu toda a colaboração prestada, pela Câmara Municipal, na Freguesia de Água de Pau.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento Municipal para a concessão de subsídios, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

Informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que este Regulamento surge na sequência da auditoria do Tribunal de Contas à Câmara Municipal de Lagoa em

2005 e uma das lacunas era a inexistência de um Regulamento para a concessão de subsídios.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal para a concessão de subsídios, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES DE ARRENDAMENTO SOCIAL:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

Informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que este Regulamento clarifica e define um conjunto de regras para a gestão das habitações de arrendamento social.

O Membro Rui Ramos expôs o seguinte: Com o presente Regulamento passa a haver maior transparência mas há uma concentração de decisão no Senhor Presidente da Câmara Municipal, conforme referido no nº 3 do artigo 7º e artigo 15º, pelo que, proponha que aquelas decisões passassem a ser da competência da Câmara Municipal, substituindo a redacção daqueles artigos.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que são situações de excepção e algumas das situações não poderão aguardar pela data da reunião Camarária. Nas situações mais difíceis o assunto será submetido à reunião da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com seis votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; Rui Alberto Cabral Borges e Luís Miguel Cabral Rego Pires, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE APOIO NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento.

O membro Luís Pires questionou quais são os “Outros apoios” que estão referidos no ponto 3 do artigo 5º do Regulamento de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa.

A membro Maria Manuela Correia realçou que um regulamento é instrumento que define em concreto as situações e não pode abrir excepções e questionou quem redigiu o documento.

O Membro Rui Ramos referiu que o título do artigo 14º refere “Verificação da execução do regulamento” quando deveria ser “Verificação da execução do apoio”.

O Senhor Presidente da Câmara informou que os “Outros Apoios” são Apoios em rendas e propôs a alteração da redacção do nº 3 do artigo 5º passando para “Apoios em rendas” e a redacção do título do artigo 14º passando para “Verificação da execução do apoio”. Mais informou que o documento foi elaborado pelo Gabinete de Acção Social desta Câmara Municipal e revisto pelo Gabinete de Apoio Jurídico.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa, com as alterações introduzidas, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DO CONCELHO DE LAGOA - AÇORES:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Projecto de Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa - Açores, acompanhada da informação de que não houve, após apreciação pública efectuada, qualquer reclamação, observação ou sugestão ao referido projecto de regulamento. Informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que este Regulamento é extremamente importante porque infelizmente cada vez mais Municípios abandonam veículos na via pública e este Regulamento, com regras claras, permite à Câmara Municipal actuar eficazmente.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa - Açores, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – ALTERAÇÃO DO ARTIGO 7º DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS:

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de alteração à redacção dada ao artigo 7º do Regulamento de Taxas e Licenças, abaixo descrita, face à questão levantada na sessão da Assembleia Municipal, no passado dia 28 de Dezembro, aquando da aprovação da alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para o ano de 2007:

"A Tabela de Taxas e Licenças será actualizada anualmente, em função do índice de inflação oficialmente previsto, para a Região Autónoma dos Açores, relativo ao ano

a que se reporta a actualização, mediante proposta da Câmara Municipal a submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lagoa (Açores).”

Referiu o membro Rui Ramos que mais uma vez lhes deram razão e congratulam-se com a alteração apresentada, com o contributo dos membros do Partido da Oposição.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidades, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar a alteração ao artigo 7º do Regulamento de Taxas e Licenças, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração do Anexo I do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo que abaixo se transcreve:

Anexo I

(a que se reporta o artigo 3º nº 1, do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Estudantes do Município de Lagoa - Açores)

QUADRO I

Escalões	Capitações (rendimento per capita/mensal)	Bolsa Anual
Escalão I	Até 225 Euros	1250 Euros
Escalão II	Até 275 Euros	1000 Euros
Escalão III	Até 325 Euros	500 Euros

A membro Maria Manuela Correia referiu que gostaria que a atribuição da bolsa de estudo fosse alargada a todas as áreas científicas, para que estudantes com carências económicas pudessem candidatar-se.

O membro Leonel Rosa da Silveira corrobora com a opinião da membro Maria Manuela Correia e acrescentou que foi pena esta alteração ao regulamento não ter abrangido o alargamento de cursos.

O Senhor Presidente da Câmara informou que esta alteração foi pontual porque eram baixos os valores das captações de cada escalão e da aplicação prática do actual regulamento, foram detectadas algumas lacunas, pelo que está a ser preparado uma revisão ao regulamento que será submetida posteriormente para aprovação.

Pelo membro Rui Ramos foi referido a seguinte declaração de voto: Votamos a favor da presente alteração do Anexo I do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo porque há intenção da Câmara Municipal em alargar a atribuição de bolsa de estudo a outras áreas.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1º Aprovar a alteração do Anexo I do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e dez minutos, foi dada como encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
